



116

# Demonstrações Financeiras 2013

Receita Bruta: **R\$ 3,6** bilhões (+ 8,2%)

Ebitda: **R\$ 1,2** bilhão (+14,3%)

Investimentos: **R\$ 1,3** bilhão (+6,5%)

Lucro: **R\$ 466** milhões (+ 15,6%)

Colaboradores: **6.804**

## Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Companhia") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

**■ Perfil**  
A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A Companhia por meio de suas concessionárias opera e administra 3.250 quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica. Além disso são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas em 100% pela Arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt). A Companhia detém ainda o controle das empresas Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção) e Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (Latina Sinalização), sociedades criadas com fins de fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias; além de participação acionária de 4,68% na STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., empresa que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágios.

## ■ Conjuntura Econômica

A Arteris é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a conjuntura da economia brasileira, em especial às taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, o desempenho da economia apresentou-se abaixo do esperado pelo mercado. No acumulado do período, o resultado deve ser positivo, porém inferior ao PIB projetado no começo de 2013. O crescimento do PIB em 2013 está estimado pelo Banco Central (Bacen) em 2,3%, abaixo dos 3,1% projetados no início do ano. Ao longo do ano, como reflexo do cenário macroeconômico nacional e internacional, o Bacen atuou aumentando a taxa básica de juros de 7,25% para 10,00% no decorrer das reuniões realizadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 2013. O aumento deu-se por conta da tentativa do governo de manter a inflação contida, conforme detalhado abaixo. Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2013 acumulou alta de 5,5% frente à alta de 7,8% verificada em 2012. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de 5,8% em 2012 para 5,9% em 2013. Esses índices influenciaram o ambiente econômico-inflacionário e o IPCA, especificamente, é utilizado no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando, dessa forma, a arrecadação da Companhia.

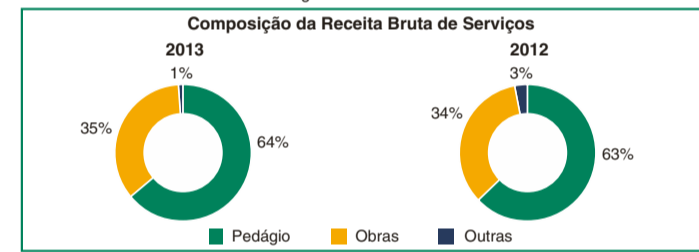
## ■ Eventos Relevantes

## Oferta Pública de Aquisição (OPA)

**OPA e Tag Along:** Em dezembro de 2012, foi concluída a operação de aquisição da então OHL Brasil (hoje Arteris S.A.) pela Aberta Infraestruturas S.A. em conjunto com a Brookfield Brazil Motorways Holdings, que passaram a deter respectivamente 51% e 49% das Participações em Brasil S.L., controladora da Arteris. Considerando que, após a sua conclusão, a operação de aquisição resultou na transferência indireta do controle da Companhia, Participações em Brasil e Brookfield protocolaram perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pedido de registro para uma oferta pública (OPA) visando a aquisição de até a totalidade das ações de emissão da Arteris, em linha com o Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BMF&BOVESPA) que garante direitos de *Tag Along* para os acionistas minoritários. Em 05 de Setembro de 2013 foi concluído o processo da OPA com a realização de leilão de aquisição de ações na BMF&BOVESPA, com o seguinte resultado: • As ofertantes (Participações em Brasil e Brookfield Aylesbury) adquiriram em conjunto 83.218.831 ações ordinárias da Companhia, representando 24,16% do seu capital social. Dessas, 31.896.609 ações, equivalentes a aproximadamente 9,26% do capital social total da Companhia, foram adquiridas pela Participações em Brasil e as demais 51.322.222 ações, equivalentes a aproximadamente 14,90% do capital social total da Companhia, foram adquiridas por Brookfield Aylesbury. • Desta forma, Participações em Brasil, passou a deter 238.563.304 ações, representando aproximadamente 69,26% do capital social total da Companhia e Brookfield Aylesbury passou a deter 51.322.222 ações, representando aproximadamente 14,90% do capital social total da Companhia. É importante destacar, que Participações em Brasil continuou a ser o acionista controlador da Arteris S.A. e a estrutura acionária da Participações permaneceu inalterada.

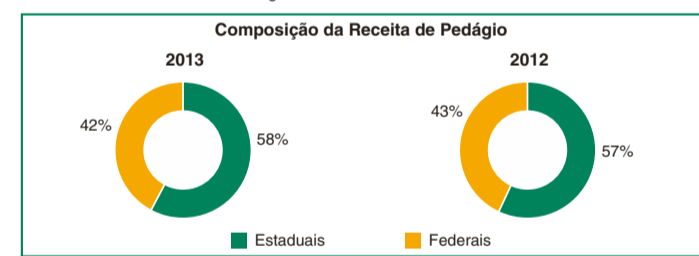
## ■ Desempenho Econômico-Financeiro

**Receita Bruta de Serviços:** No exercício social de 2013, a Arteris registrou receita bruta de R\$ 3,6 bilhões, um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado pela melhoria de 9,1% nas receitas com pedágio que foram de R\$ 2,3 bilhões, com destaque para as concessões estaduais que cresceram 11,3% e pela expansão de 12,7% nas receitas de obras em função da aceleração do plano de investimentos nas rodovias federais, totalizando R\$ 1,3 bilhão. Adicionalmente, as outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias) ficaram em R\$ 42,9 milhões, com redução de 58,4% na comparação anual em função de reclassificações contábeis realizadas nesta rubrica ao longo do exercício.



## Receita de Pedágio

A Companhia alcançou um aumento de 9,1% na receita de pedágio, que passou de R\$ 2,1 bilhões em 2012 para R\$ 2,3 bilhões em 2013, impulsionada principalmente pelo crescimento das concessões estaduais (+11,3%) que representaram 58,2% do total do ano, contribuindo com R\$ 1,3 bilhão. Apesar do congelamento das tarifas destas rodovias em julho de 2013, teve início, como forma de compensação, a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados que foram adicionados ao total do tráfego pedagiado. Nas concessões federais o crescimento da receita de pedágio foi de 6,2%, encerrando o ano com um total de R\$ 960,9 milhões, resultado da combinação do aumento de tarifas e do maior volume de tráfego.



**Tráfego Pedagiado:** O volume total de tráfego pedagiado (veículos equivalentes) da Companhia em 2013, representou um crescimento de 5,0% em relação a 2012 em termos comparativos, excluindo os impactos da Praça de Palhoça, na Autopista Litoral Sul. O crescimento em termos reais foi de 2,9%. As rodovias estaduais tiveram uma expansão de 9,1% no total de veículos equivalentes na comparação com o exercício anterior, com um total de 206.864 mil veículos. Isto se deu pela combinação de um cenário de favorável crescimento orgânico do tráfego pedagiado observado ao longo do ano principalmente em função de impactos positivos oriundos da produção agrícola no interior do Estado de São Paulo e da adição de novos veículos equivalentes com o início da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados em julho de 2013. A cobrança dos eixos suspensos foi autorizada pelo Poder Concedente como medida para compensar o congelamento de tarifas no momento do repasse anual baseado na inflação apurada no período, reajuste que deveria ter ocorrido em julho de 2012. Já as concessões federais apresentaram crescimento de 0,6% no tráfego pedagiado frente a 2012, com 510.233 mil veículos equivalentes. O resultado foi impactado pela Autopista Litoral Sul (-4,5%), que desde julho de 2013 suspendeu a cobrança de pedágio da praça localizada no Município de Palhoça (SC) até que esta seja transferida para uma nova localidade, em cumprimento à determinação da ANTT. A previsão é que a nova praça esteja em operação em meados de junho de 2014 sendo que eventuais desequilíbrios por perda de tráfego serão reequilibrados ao contrato. Excluindo os efeitos do fechamento desta praça de pedágio, a Autopista Litoral Sul teria apresentado crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior e o conjunto de rodovias federais teria crescido 3,4%. Desta forma, o crescimento do tráfego pedagiado da Arteris, teria sido de 5% em relação ao exercício de 2012.

Veículos Equivalentes (Mil)	2013	2012	Var%
<b>Estaduais</b>	<b>206.864</b>	<b>189.694</b>	<b>9,1%</b>
Autovias	47.422	44.102	7,5%
Centrovias	56.233	50.696	10,9%
Intervias	65.479	60.471	8,3%
Vianorte	37.729	34.425	9,6%
<b>Federais</b>	<b>510.233</b>	<b>506.993</b>	<b>0,6%</b>
Planalto Sul	28.704	27.945	2,7%
Fluminense	48.422	48.913	-1,0%
Fernão Dias	165.213	160.707	2,8%
Régis Bittencourt	150.105	146.097	2,7%
Litoral Sul	117.787	123.331	-4,5%
<b>Total</b>	<b>717.096</b>	<b>696.687</b>	<b>2,9%</b>

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2013 foi de 62,9% de veículos pesados e 37,1% de veículos leves nas concessões estaduais; e 73,9% de veículos pesados e 26,1% de veículos leves nas concessões federais.

**Tarifa Média:** Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	2013	2012	Var%
<b>Estaduais</b>	<b>6,48</b>	<b>6,34</b>	<b>2,1%</b>
Autovias	6,79	6,67	1,7%
Centrovias	6,17	6,05	2,0%
Intervias	5,62	5,49	2,3%
Vianorte	8,03	7,85	2,3%
<b>Federais</b>	<b>1,88</b>	<b>1,78</b>	<b>5,5%</b>
Planalto Sul	3,61	3,31	9,0%
Fluminense	3,28	3,07	6,9%
Fernão Dias	1,40	1,40	0,2%
Régis Bittencourt	1,80	1,80	0,0%
Litoral Sul	1,67	1,41	18,1%
<b>Total</b>	<b>3,21</b>	<b>3,03</b>	<b>6,0%</b>

Em 2013, a tarifa média consolidada praticada pela Arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 3,21, o que representou um incremento de 6,0% em relação à tarifa média de 2012. A tarifa média das concessões estaduais foi de R\$ 6,48, com aumento de 2,1%, percentual inferior à inflação do período. O crescimento contempla apenas os efeitos de maiores tarifas no primeiro semestre de 2013 em relação ao primeiro semestre do ano anterior oriundo do reajuste tarifário de 2012, uma vez que, excepcionalmente, o reajuste anual por inflação que ocorre sempre no mês de julho e que em 2013 corresponderia a 6,2%, não foi autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo. Por outro lado, foi autorizado o início da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados nas estradas estaduais e a instituição de redução do repasse ao Poder Concedente do ônus variável de outorga de 3,0% da receita bruta de pedágio para a 1.ª. As medidas tiveram o objetivo de compensar os efeitos do não reajuste de tarifas. Já as concessões federais tiveram um aumento de 5,5% na comparação anual, com uma tarifa média de R\$ 1,88 ao final de 2013. As novas tarifas refletiram os reajustes ocorridos em dezembro de 2012 (Autopistas Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul) e em fevereiro de 2013 (Autopistas Fluminense e Autopista Litoral Sul), períodos em que foram repassados a variação acumulada do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos. **Meios Eletrônicos:** A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 64,0% em 2013, contra 62,1% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 49,2% contra 46,4% em 2012. **Receita de Obras:** A receita de obras (representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis e,

portanto sem efeito caixa) cresceu 12,7% em relação a 2012, atingindo R\$ 1,3 bilhão. As rodovias federais contribuíram com 94,1% deste total. **Outras Receitas:** As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras da Arteris totalizaram R\$ 43,0 milhões em 2013. A redução de 58,4% em relação ao ano anterior está relacionada a uma reclassificação de receitas provenientes de obras de micro investimento que estavam sendo contabilizadas como "outras receitas", mas que a partir do segundo trimestre de 2013 passaram a ser registradas como "receitas de obras".

## ■ Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

A Companhia encerrou 2013 com um total de R\$ 3,4 bilhões de receita líquida, crescimento de 8,3% em relação a 2012. Conforme comentado anteriormente, esta melhora foi proveniente do aumento de 9,1% nas receitas de pedágio e de 12,7% nas receitas de obras entre os períodos. As deduções da receita, compostas por tributos como PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%), foram de R\$ 224,7 milhões no exercício, crescimento de 7,5%, acompanhando principalmente o aumento da receita bruta de pedágio do período.

## ■ Custos e Despesas Operacionais

O total de custos e despesas da Arteris em 2013 foi de R\$ 2,4 bilhões, o que representou um aumento de 6,5% em relação a 2012, percentual em linha com a variação acumulada da inflação no período. Mas o mais importante é destacar que os custos efetivamente "caixa" praticamente não registraram aumento, totalizando R\$ 689,8 milhões, ligeira alta de 0,4%, com melhora de 1,8 p.p. em relação à receita líquida (ex-construção). Segue tabela demonstrando a composição dos custos e despesas operacionais:

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	2013	2012	Var%
Serviços de terceiros	(197.894)	(186.627)	6,0%
Pessoal	(211.656)	(186.466)	13,5%
Conservação	(100.807)	(102.321)	-1,5%
Verba de fiscalização	(36.689)	(34.673)	5,8%
Custos com Poder Concedente	(32.554)	(37.446)	-13,1%
Seguros e garantias	(21.306)	(20.765)	2,6%
Remuneração da administração	(21.331)	(15.471)	37,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(3.960)	(4.902)	-19,2%
Despesas tributárias	(3.146)	(3.700)	-15,0%
Outras despesas operacionais, liq.	(60.462)	(94.914)	-36,3%
<b>Subtotal (Custo Caixa)*</b>	<b>(689.805)</b>	<b>(687.285)</b>	<b>0,4%</b>
<b>% Custo Caixa/Receita Líquida (ex-construção)</b>	<b>32,6%</b>	<b>34,3%</b>	<b>-1,8 p.p.</b>
Custos dos serviços de construção	(1.258.870)	(1.117.137)	12,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(196.030)	(235.956)	-16,9%
Depreciação e Amortização	(285.745)	(241.519)	18,3%
<b>Total</b>	<b>(2.430.450)</b>	<b>(2.281.897)</b>	<b>6,5%</b>

\* Excl. Depreciação e Amortização, Custo dos serviços de construção e Provisão p/ manutenção. Um dos principais objetivos estratégicos da Companhia é a implementação de um programa de eficiência em todas as suas operações, tendo como referência as melhores práticas já utilizadas pela Abertis na busca de sinergias, ganhos de escala e redução de custos. Conforme já anunciado anteriormente após a completa implementação do plano de eficiências, a Companhia estima uma redução de aproximadamente R\$ 60 milhões de custo "caixa" ao ano, beneficiando as margens operacionais do grupo. Entre as medidas em curso, destaca-se a redefinição de políticas organizacionais, a criação de uma diretoria de compras corporativas centralizada na *holding* para redução de custos operacionais e investimentos (via um maior poder de compra e barganha e o uso de processo de leilão eletrônico para compras), a implantação do SAP integrando todas as empresas da Companhia, o desenvolvimento de novas tecnologias de arrecadação de pedágio, a remuneração baseada em desempenho, entre outras medidas. Em relação ao total de custos e despesas, as principais variações entre os períodos podem ser resumidas da seguinte forma: • **Custos com serviços de terceiros:** Registrou um aumento de 6,0% em relação a 2012, totalizando R\$ 197,9 milhões. Contribuiu para este crescimento: – reajustes contratuais anuais (em sua grande maioria indexados ao IPCA); – os custos (alguns deles não recorrentes) relacionados aos projetos de melhores práticas que estão sendo implementados no âmbito do plano de eficiências da Companhia, principalmente a implementação do SAP em todas as empresas do grupo. • **Custos com pessoal:** Totalizou R\$ 211,7 milhões em 2013, com alta de 13,5% na comparação com o ano anterior, influenciados por: – dissídios coletivos repassados em março de 2013 (em média de 6,8% para todos os funcionários); – internalização da equipe de arrecadações (que anteriormente eram terceirizadas) na Autopista Fluminense no final de dezembro de 2012 e início de janeiro de 2013; – readaptações salariais ocorridas ao longo do ano, principalmente no quarto trimestre de 2013; – reestruturação de algumas equipes e áreas no nível da *holding* e criação da diretoria de compras em linha com o plano de eficiências em anda-

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado para 2013 das empresas do Grupo:

Sociedades do Grupo (R\$ mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas*					Margem EBITDA Ajustado*	
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A+B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A+B)	EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias		EBITDA Ajustado
<b>Estaduais</b>	<b>1.233.439</b>	<b>74.307</b>	<b>1.307.746</b>	<b>(371.708)</b>	<b>(74.307)</b>	<b>(446.015)</b>	<b>861.731</b>	<b>137.082</b>	<b>998.813</b>	<b>81,0%</b>
Planalto Sul	94.567	123.514	218.081	(63.716)	(123.514)	(187.230)	30.851	7.472	38.323	40,5%
Fluminense	146.796	268.044	414.840	(79.984)	(268.044)	(348.028)	66.812	9.878	76.690	52,2%
Fernão Dias	213.649	266.821	480.470	(135.902)	(266.821)	(402.723)	77.747	16.730	94.477	44,2%
Régis Bittencourt	247.911	251.685	499.596	(117.449)	(251.685)	(369.134)	130.462	13.432	143.894	58,0%
Litoral Sul	183.606	274.499	458.105	(111.628)	(274.499)	(386.127)	71.978	11.437	83.415	45,4%
<b>Federais</b>	<b>886.529</b>	<b>1.184.563</b>	<b>2.071.092</b>	<b>(508.679)</b>	<b>(1.184.563)</b>	<b>(1.693.242)</b>	<b>377.850</b>	<b>58.948</b>	<b>436.798</b>	<b>49,3%</b>
<b>Total Concessionárias</b>	<b>2.119.968</b>	<b>1.258.870</b>	<b>3.378.838</b>	<b>(880.387)</b>	<b>(1.258.870)</b>	<b>(2.139.257)</b>	<b>1.239.581</b>	<b>196.030</b>	<b>1.435.611</b>	<b>67,7%</b>
Arteris Holding	-	518.274	518.274	(23.285)	-	(23.285)	(23.285)	-	(23.285)	-
Construtoras	-	(519.639)	(519.639)	-	(501.802)	(501.802)	16.472	-	16.472	-
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.119.968</b>	<b>1.257.505</b>	<b>3.377.473</b>	<b>(903.672)</b>	<b>(1.241.033)</b>	<b>(2.144.705)</b>	<b>1.232.768</b>	<b>196.030</b>	<b>1.428.798</b>	<b>67,4%</b>

\* Exclui depreciação e amortização.

## ■ Resultado Financeiro

## Resultado Financeiro (R\$ Mil)

	2013	2012	Var%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>61.061</b>	<b>102.566</b>	<b>-40,5%</b>
Juros Ativos	983	1.032	-4,7%
Aplicações Financeiras	58.468	89.427	-34,6%
Encargos Financeiros – Reversão de Ajuste a Valor Presente	71	11.267	-99,4%
Outras Receitas	1.539	840	83,2%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(338.824)</b>	<b>(339.935)</b>	<b>-0,3%</b>
Encargos Financeiros	(263.120)	(263.613)	-0,2%
Atualização do Ônus da Concessão	(28.505)	(37.299)	-23,6%
Encargos Financeiros – Reversão de Ajuste a Valor Presente	(22.713)	(26.719)	-15,0%
Outras Despesas	(24.486)	(12.304)	99,0%
<b>Variação Cambial, liq.</b>	<b>(4)</b>	<b>(28)</b>	<b>-85,7%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(277.767)</b>	<b>(237.397)</b>	<b>17,0%</b>

A Companhia apresentou ao final de 2013 um resultado financeiro negativo de R\$ 277,8 milhões, variação de 17,0% em relação a 2012 que registrou saldo negativo de R\$ 237,4 milhões. Este resultado é proveniente da combinação dos seguintes fatores: • Redução de 40,5% das receitas financeiras em função do menor resultado de aplicações financeiras durante o primeiro semestre do ano em um cenário de juros mais baixos que os atuais e menos recursos da Companhia (utilizados no plano de obras nas rodovias federais) disponíveis para estas aplicações. Este quadro se inverteu no segundo semestre com o gradual aumento da taxa do CDI e da aplicação de um montante maior de recursos originados das emissões de dívidas da Companhia e suas controladas ao longo do terceiro e quarto trimestres de 2013, efeitos, porém, que não foram suficientes para compensar os resultados do primeiro e segundo trimestres do ano. • Manutenção em relação a 2012 do mesmo patamar de despesas financeiras (variação de apenas 0,3%). Se por um lado, as emissões de dívida contribuíram para o aumento dos encargos financeiros no segundo semestre, a ausência das mesmas no primeiro semestre acabou por equilibrar esta rubrica no resultado consolidado do ano. O total das despesas financeiras poderia ter registrado um patamar mais reduzido, não fosse o aumento de R\$ 12,2 milhões das outras despesas financeiras que contabilizou os custos relacionados à quitação antecipada das 1ª e 2ª emissões de debêntures da Intervias ao final do ano e, o IOF recolhido nas operações de mútuo entre as concessionárias e Companhia durante o exercício. **Lucro Líquido:** O lucro líquido consolidado da Arteris em 2013 foi de R\$ 466,3 milhões. O aumento de 15,6% em relação ao ano anterior se deu em função da expansão de 8,3% da receita líquida da Companhia (que contou com o aumento de 9,1% nas receitas de pedágio), fazendo frente ao aumento de 6,5% no total de custos e despesas mesmo com um maior volume de depreciações e amortizações e um pior resultado financeiro entre os períodos. Deve-se destacar que um dos motivos de uma menor expansão do total de custos (com impacto sobre o lucro), foi a redução de 16,9% nas provisões para manutenção de rodovias. O lucro consolidado da Companhia difere do lucro contábil individual da Arteris (como empresa controladora do grupo), este último sendo a base para a apuração de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Esta diferença, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, advém do fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliadas ao custo ou valor justo, e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. **Endividamento:** Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 3,1 bilhões, com aumento de 27,4% ou R\$ 663,5 milhões em relação ao exercício anterior. A dívida líquida no final de 2013 representava 2,3 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2013	31/12/2012	Var %
<b>Dívida Bruta</b>	<b>4.124.728</b>	<b>3.234.652</b>	<b>27,5%</b>
Curto Prazo	288.482	472.786	-39,0%
Longo Prazo	3.836.246	2.761.866	38,9%
<b>Posição de Caixa</b>	<b>1.040.898</b>	<b>1.814.312</b>	<b>27,8%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	929.911	681.437	36,5%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	110.987	132.875	-16,5%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.083.830</b>	<b>2.420.340</b>	<b>27,4%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazos. Este aumento de R\$ 663,5 milhões deveu-se, principalmente, aos movimentos



### ... continuação do Relatório da Administração

10,3 quilômetros de ruas laterais, cinco trevos em desnível, nos municípios de Mairiporã (SP), Camanducaia (MG), Extrema (MG), Bragança Paulista (SP) e Carmópolis de Minas (MG). Além dos investimentos descritos, foram concluídos: um retorno operacional no município de Vargem (SP), e a remodelação do sistema viário no entroncamento da Fernão Dias com a Presidente Dutra, melhorando significativamente a fluidez no tráfego da região.

**Autopista Régis Bittencourt:** O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP) segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 11,5 quilômetros da duplicação, sendo 4,2 quilômetros na extremidade de Miracatu e 7,3 quilômetros no trecho inicial em Juquitiba (SP) incluindo 2 trevos em desnível. O início de 2013 marcou a liberação, pelo órgão ambiental, da licença de instalação para a duplicação dos 19,0 quilômetros restantes de um total de 30,5 quilômetros do projeto. Esta fase, que deverá durar 4 anos e depende da assinatura de aditivos de obras com a ANTT, contemplará a construção de 4 túneis e 33 pontes e viadutos. As obras foram iniciadas em junho de 2013, em dois segmentos, um de 5 quilômetros e outro de 1,4 quilômetro. Outro segmento de 5 quilômetros, contendo com 3 túneis e 5 viadutos, será iniciado ao longo do primeiro trimestre de 2014. Durante 2013, foram também construídas 7 passarelas, reforços estruturais e alargamentos em 10 obras de arte especiais (pontes e viadutos), 1 passagem inferior, 4 trevos em desnível, 8,3 quilômetros de ruas laterais e concluída uma melhoria de interseção na rodovia.

**Autopista Planalto Sul:** Durante 2013, a concessionária teve como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA. Deste total, 5,4 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR). A rodovia também recebeu o reforço estrutural e alargamento de 7 pontes durante 2013, além da conclusão de 9 melhorias de acesso, 1 passarela e 2 quilômetros de ruas laterais no município de Rio Negro (PR).

**Autopista Litoral Sul:** Ao longo de 2013, a concessionária concluiu a construção de 26,2 quilômetros de ruas laterais, além de entregar 12 novas passarelas, 1,3 quilômetro de novas "terceiras faixas" e finalizar o reforço estrutural e alargamento em 10 obras de arte especiais (pontes e viadutos). Adicionalmente, a concessionária, através da assinatura de aditivo contratual está empreendendo a realocação de uma obra de pedágio da cidade de Palhoça (SC) para uma nova posição a uma distância de 23 quilômetros. Além da obra em curso da nova praça, com previsão de abertura em meados de junho de 2014, os 23 quilômetros foram incorporados como parte do trecho sob responsabilidade da concessionária incluindo sua manutenção.

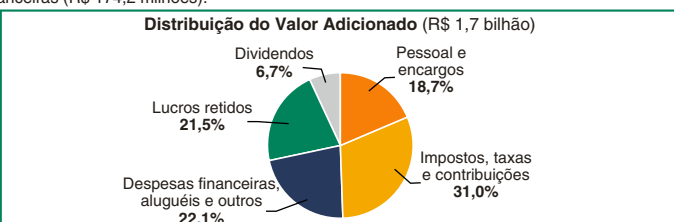
**Autovias e Vianorte:** A Companhia está executando, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trará o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizará o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região de Ribeirão Preto, também criando vias de acessos a pedestres através de passarelas. A obra prevê a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas da região.

### Investimentos e Manutenção Esperados para 2014

A expectativa da Companhia para 2014 é de investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão em suas rodovias federais e estaduais. Até o final do prazo contratual de todas as concessões, o total remanescente de investimentos será de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões, incluindo os montantes relacionados à manutenção.

### Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2013, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 1,7 bilhão, 11,9% superior ao de 2012. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 3,6 bilhões), menos custos relativos a concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 1,8 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 174,2 milhões).

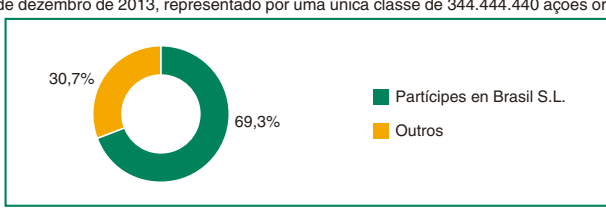


### Mercado de Capitais

O valor de mercado da Arteris ao final de 2013 totalizou R\$ 6,6 bilhões, tendo como base a cotação do fechamento de R\$ 19,05 por ação em 30/12/13. Esse preço corresponde a uma valorização de 0,53% desde o início do ano. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 17,65%. Negociadas sob o código ARTR3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 7,92 bilhões no ano.

### Composição Acionária

As ações da Arteris fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IBRX – Índice Brasil, IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, MLCX – Índice Mid Large Cap, IBRA – Índice Brasil Amplo, IGCT – Índice de Governança Corporativa Trade. O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 772,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



### Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em relação ao lucro apurado no exercício de 2012, a Companhia efetuou pagamento de R\$ 112,6 milhões aos seus acionistas no dia 06 de maio de 2013. Este montante representou um pay-out de 50% quando somado aos dividendos intermediários no valor de R\$ 72,3 milhões distribuídos em 17 de dezembro de 2012, também referente ao exercício de 2012. Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, em Reunião de Conselho de Administração realizada em 21 de novembro de 2013, foi deliberado o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 79,2 milhões que foram pagos aos acionistas da Companhia no dia 12 de dezembro de 2013, o que representou R\$ 0,23 por ação. O valor será imputado integralmente ao dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído em referência ao exercício de 2013.

### Profissionais

A Arteris conta com 6.804 profissionais em seu quadro de pessoal, dos quais 39,8% estão alocados nas concessionárias federais, 19,3% nas estaduais, 39,0% nas construtoras do grupo e o restante, ou 1,9% em sua holding, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	2013	2012	Var. %
Arteris (Holding)	126	113	11,5%
Concessionárias Estaduais	1.315	1.335	-1,5%
Autovias	206	207	-0,5%
Centrovias	314	321	-2,2%
Intervias	534	542	-1,5%
Vianorte	261	265	-1,5%
Concessionárias Federais	2.708	2.832	-4,4%
Litoral Sul	562	572	-1,7%
Planalto Sul	262	271	-3,3%
Fluminense	403	393	2,5%
Fernão Dias	851	943	-9,8%
Régis Bittencourt	630	653	-3,5%
Latina Manutenção	2.481	2.480	0,0%
Latina Sinalização	174	172	1,2%
<b>Total</b>	<b>6.804</b>	<b>6.932</b>	<b>-1,8%</b>
Rotatividade	2,27%	7,58%	

### Responsabilidade Social e Ambiental – Sustentabilidade

A Arteris desenvolve diversos programas de Responsabilidade Social e Ambiental, através de suas controladas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus usuários e comunidades lideiras, trazendo conceitos de humanização no trânsito, respeito à saúde e meio ambiente, e apoio à cultura, esporte e lazer.

Os programas desenvolvidos pela Arteris, são:

**Educação:** O Projeto Escola é um programa de educação com o objetivo de humanizar o trânsito com ética, cidadania, inclusão e convívio social. Ele é realizado com os alunos de escolas públicas de municípios que integram a malha viária administrada pela Arteris, com envolvimento de Secretarias Municipais de Educação, Diretorias de Ensino, Coordenadores Pedagógicos, Educadores e Comunidade. Em parceria com a Polícia Rodoviária, o programa capacita professores da rede pública para trabalhar o tema em sala de aula. O Projeto Escola é reconhecido pelo UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, no catálogo de Boas Práticas Corporativas de Respeito e Apoio aos Direitos da Infância, publicação do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas) e da ONG Save the Children. Além disso, o Projeto Escola coordena vários subprogramas que evidenciam a atenção para a segurança viária. Esses programas são: *Viva Ciclista*, *Viva Motociclista*, *Passarela Viva* e *Viva Meio Ambiente*, que se realizam com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os usuários à segurança própria e de terceiros.

**Saúde:** O Viva Saúde tem como objetivo permitir que os caminhoneiros recebam orientação e atenção na questão da saúde. Esses profissionais nem sempre possuem condições de cuidar de sua saúde. Assim, o programa ajuda-os, de forma preventiva, realizar exames e receber orientações sobre qualidade de vida e boas condições de saúde para exercerem com segurança sua profissão. São realizados exames gratuitos de glicemia, triglicérides, pressão arterial, avaliação do câncer bucal, medição do índice de massa corpórea, além de vacinações contra febre amarela e hepatite B, entre outras doenças. O programa conta com o apoio da Secretaria de Saúde do Estado, dos municípios e de escolas de medicina e enfermagem.

**Voluntariado:** A missão do Programa Voluntários é promover o voluntariado transformador por meio da cidadania, contribuindo para o bem comum e para a construção de um mundo melhor; permite que a Arteris seja uma empresa reconhecida pela capacidade transformadora de suas ações por meio de seus profissionais. O programa se estende a todos os colaboradores das empresas da Arteris com objetivos abrangentes para a empresa, para os profissionais e para a sociedade. O Programa auxilia no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais, agrega valor aos negócios, fortalece a imagem da Arteris e cria vínculos de relacionamento com a sociedade. Contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional do voluntário, ajudando-o a descobrir talentos e potencialidades, aumentar seu círculo de amizades, sentir-se bem, além de desenvolver e fortalecer o espírito de trabalho em equipe, o que resulta também em benefício para a empresa. Para a sociedade o Voluntário contribui para o desenvolvimento e inclusão social, pois auxilia na redução de problemas sociais e na construção de um mundo mais justo, com mais qualidade de vida. Principais campanhas e ações realizadas: • Doação de roupas e produtos de higiene pessoal – através de trabalho voluntário com idosos e crianças em instituições específicas; • Doação de Sangue – banco de sangue das Cidades onde atuamos; • Doação de Brinquedos – através de trabalho voluntário com crianças em instituições específicas; • Doação de cadeiras de rodas – para sanar necessidade de instituições e pessoas físicas indicadas pela instituição; • Doação de alimentos – através de trabalho voluntário com idosos, adultos, adolescente e crianças em instituições específicas; • Trabalho voluntário com animais, como cães e gatos.

**Meio Ambiente:** As concessionárias da Arteris S.A. investem em programas ambientais que resultem em melhoria da qualidade de vida de usuários e da população do entorno das rodovias. Por meio do Sistema de Gestão Ambiental, as empresas acompanham a execução dos programas de Monitoramento de Recursos Hídricos, Educação Ambiental, Recuperação de Passivos Ambientais, Monitoramento e Atrapalhamento da Fauna. Destaca-se, para efeito de reforestamento e recuperação de áreas degradadas, o plantio de mudas de vegetação nativa, e o programa de Monitoramento de Fauna para prevenir acidentes com esses animais e garantir a segurança do usuário da rodovia. A educação ambiental abrangente e a preocupação com a sustentabilidade desenvolvidas pela Arteris, por meio do Programa Viva Meio Ambiente, foi reconhecida por um dos mais importantes prêmios ambientais brasileiros, concedido pelo Instituto Chico Mendes: o Prêmio Socioambiental Chico Mendes

2013, na categoria Ação Socioambiental Responsável. O Prêmio Socioambiental Chico Mendes faz parte do Programa de Compromisso com a Gestão Socioambiental Responsável (Procert), do Instituto Chico Mendes, e promove a Responsabilidade Social, com exemplos de soluções integradas para o desenvolvimento, justiça social e equilíbrio ambiental no Brasil. O Procert é signatário ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e é considerado um dos maiores reconhecimentos do país quando o assunto é Meio Ambiente e Sustentabilidade. Além do certificado, a Arteris recebeu também o Passaporte de Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes e a concessão do uso do "Selo Verde" da categoria Ação Socioambiental Responsável. Trata-se de importante conquista da Arteris em 2013, demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade.

**Segurança:** Uma das mais importantes ações tomadas em 2013 foi a criação do GERAR – Grupo Estratégico de Redução de Acidentes Rodoviários com o objetivo de implantar ações visando a redução de acidentes no ambiente de trabalho e nas rodovias. De caráter multidisciplinar, o GERAR envolve profissionais de diversas áreas possibilitando riqueza de ideias e ações, que serão desenvolvidas com foco na gestão do conhecimento e sinergia de boas práticas. Além da preocupação com a vida dos trabalhadores, o GERAR também tem um foco voltado aos usuários de rodovias. A accidentalidade no trânsito é um grave problema no mundo contemporâneo. Atualmente, morrem cerca de 1,3 milhão de pessoas por ano em razão dos acidentes de trânsito (quase 3.600 mortes diárias) e aproximadamente 50 milhões sofrem algum tipo de lesão – muitos ficando com sequelas físicas, mentais e/ou psicológicas que impedem uma vida normal. No Brasil, em 2010, de acordo com o Ministério da Saúde, morreram 42.225 pessoas em razão dos acidentes de trânsito, foram cerca de 01 milhão de acidentes e 500 mil feridos. Com base na evolução crescente desses números a cada ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o Brasil como quinto país do mundo em mortes no trânsito. Objetivos: • Desenvolver estudos e implantar Plano de Ação com orientações, controles e medidas que reduzam a zero os acidentes com colaboradores no ambiente de trabalho. • Desenvolver estudos e implantar Plano de Ação que vise a redução do número de acidentes de trânsito e mortes nas rodovias administradas pela Arteris e provoque uma mudança de comportamento dos motoristas. O principal desafio do GERAR é estruturar um Plano de Ação que de fato culmine na maciça redução de acidentes, mortes e de sua severidade, tanto no ambiente de trabalho quanto nas rodovias administradas pela Arteris. A criação do GERAR também é uma contribuição da Arteris para a Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020), proposta pela ONU – Organização das Nações Unidas a todos os países para desenvolver ações que permitam a redução de mortes no trânsito.

**Patrocínio – Cultura:** A Arteris dedicou seu apoio prioritário à Cultura com manifestações coletivas, cujos principais projetos apoiados foram: • *Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto:* considerada a terceira mais importantes feira do País. Reuniu artistas e escritores em Ribeirão, além da feira, se realiza centenas de eventos culturais e gratuitos, como shows musicais, debates, saraus, exposições. • *Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto:* segunda mais antiga do País, a Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto. O apoio tem como objetivo levar a música erudita para populações de diversos matizes e que, normalmente, não tem oportunidade de assistir a concertos sinfônicos como os realizados pela Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto. Assim, a orquestra se apresenta em praças públicas e em teatros, gratuitamente, para as cidades lideiras às nossas rodovias. • *Escola do Teatro Bolshoi de Joinville:* é a única escola do Bolshoi fora a Rússia, onde tem sua sede. Tem como objetivo dar formação e cultura por meio do ensino da dança, para que seus alunos tornem-se protagonistas da sociedade. Atende a jovens de todas as partes do Brasil. • *Festival Chorando Sem Parar de São Carlos:* O Festival é considerado o maior do País dedicado a esse estilo musical, reuniu vários artistas e grupos para apresentar 12 horas ininterruptas de shows, além de oficinas, workshops e clínicas com os músicos participantes. • *Livro "Para entender o Brasil, País do futebol":* Aborda a natureza brasileira, a diversidade de cultura existentes, a construção de cidades peculiares e de sua múltipla oferta de atividades artísticas, econômicas e gastronômicas. O livro utiliza como roteiro deste relato da história e da vida do Brasil a cartografia estabelecida pelo próprio Governo para abrigar a Copa de Futebol de 2014. • *Filme "Os homens são de mar e é prá lá que eu vou":* Filme que resulta da peça de teatro com o mesmo título, em cartaz há muitos anos no Brasil. Eleno consta com nomes de famosos como, Marcos Palmeira, Humberto Martins, Lulu Santos, entre outros. • *Big Band Ilerante:* Formação musical ao estilo das grandes big bands americanas, com repertório composto por músicas brasileiras. • *Festival da Tainha:* Tradicional festa da cultura açoriana em Florianópolis, com base na culinária. • *Orquestra Sinfônica de Israel:* Concerto sob regência do Maestro Zubin Mehta em eventos de destaque no interior de São Paulo. • *Cia Mínia:* Grupo musical de canto e coral, que apresenta os mais variados estilos musicais, do Rock a MPB. • *Projeto Guri:* Maior projeto socioeducativo, iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em parceria com 322 prefeituras do Estado. Atende crianças e adolescentes de diversas classes socioeconômicas, com ensino gratuito de música. • *Herdeiros do Futuro:* Projeto educativo-cultural com foco no meio ambiente, na Região de Ribeirão Preto, envolve alunos de escolas públicas e particulares.

**Patrocínio – Esporte:** Com fundamento na Lei de Incentivo ao esporte, a Arteris patrocinou os seguintes projetos:

- **Kimono de Ouro**, cujos beneficiários são mais de 100 atletas nas idades de 7 a 30 anos que desenvolvem-se no esporte não só com o espírito de competição, mas, e também, em busca da inclusão social, humano e profissional. Recebem, por meio do patrocínio, assistência com coordenador técnico, preparador físico, psicólogo, fisioterapeuta, quimono para luva, uniforme para viagem e transporte. Três atletas se destacam com grandes expectativas de se tornarem atletas olímpicos do Brasil. - **Esportes aquáticos, do Esporte Clube Pinheiros**: o clube é um dos que mais fornecem atletas para as seleções brasileiras em 28 modalidades olímpicas. A natação é um dos esportes onde mais o clube se destaca, graças ao nível dos atletas que o mantém nessa modalidade. - **APANASC:** Equipe de natação do município de São Carlos.

**Cláusula Compromissória**

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

### Considerações Finais

**Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratou a BDO RCS Auditores Independentes S.S. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

A Administração

### Demonstração do Resultado

#### para o exercício findo em 31 de dezembro 2013

(Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explic.	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
<b>Receita Operacional Líquida</b>	18	–	–	3.377.473	3.118.797
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	19	–	–	(2.237.115)	(2.105.570)
<b>Outras Receitas</b>					
Equivalência patrimonial	9	466.156	404.329	–	–
		466.156	404.329	1.140.358	1.013.227
<b>(Despesas) Receitas Operacionais Gerais e administrativas</b>	19	(20.708)	(15.479)	(181.818)	(167.624)
Remuneração da Administração	14	(12.306)	(7.464)	(21.331)	(15.471)
Tributárias		(2.303)	(2.905)	(3.146)	(3.700)
Outras receitas operacionais, líquidas		10.853	8.995	12.960	10.468
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		441.692	387.476	947.023	836.900
<b>Resultado Financeiro</b>					
Receitas financeiras	20	72.725	50.216	61.061	102.566
Despesas financeiras	20	(87.447)	(46.240)	(338.824)	(339.953)
Variação cambial líquida		–	(22)	(4)	(28)
		(14.722)	3.954	(277.767)	(237.397)
<b>Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		426.970	391.430	669.256	599.503
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
Correntes	22	–	(2.180)	(230.600)	(209.582)
Diferidos	22	–	–	27.684	13.645
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		426.970	389.250	466.340	403.566
<b>Lucro atribuído a:</b>					
Participação de controladores		426.970	389.250	466.340	403.566
<b>Lucro por Ação Básico e Diluído – R\$</b>		1,2396	1,1301	1,3539	1,1712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações do Resultado Abrangente Individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais – R\$)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	426.970	389.250
Outros resultados abrangentes	–	–
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>426.970</b>	<b>389.250</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações do Resultado Abrangente Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais – R\$)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	466.340	403.566
Outros resultados abrangentes	–	–
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>466.340</b>	<b>403.566</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Balanco Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais – R\$)

Ativos	Nota explic.	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013	Consolidado 2012
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	185.442	11.419	929.911	681.437
Contas a receber	6	–	–	126.709	111.014
Contas a receber – partes relacionadas	14	60.227	156.081	–	90
Estoques		–	–	7.662	8.878
Despesas antecipadas		59	98	10.411	9.076
Impostos a recuperar		–	10.358	33.691	23.772
Dividendos a receber	14	14.632	19.840	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	8	–	–	47.383	63.299
Outros créditos		2.826	219	5.691	2.339
<b>Total dos ativos circulantes</b>		263.186	198.015	1.161.458	899.905
<b>Não Circulantes</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	8	–	–	63.604	69.576
Contas a receber – partes relacionadas	14	787.826	345.000	–	–
Impostos a recuperar		13.726	–	–	–
Despesas antecipadas		–	–	22	9
Cauções contratuais		302	238	331	290
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	–	–	172.108	120.796
Depósitos judiciais		4.806	4.577	20.372	14.709
Outras contas a receber		–	114	217	216
Investimentos em controladas e coligadas	9	1.988.918	1.709.747	1.053	1.053
Imobilizado	10	5.095	5.489	46.377	47.208
Intangível	11	659	605	5.903.469	4.894.658
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		2.801.332	2.065.770	6.207.553	5.148.515
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>					
<b>Circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	–	–	142.989	109.145
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	14	60.675	167.578	–	–
Debêntures	13	–	–	145.493	363.641
Fornecedores		1.003	720	122.115	109.344
Obrigações sociais		11.530	7.222	79.899	59.878
Obrigações fiscais		2.709	1.521	82.679	73.451
Contas a pagar – partes relacionadas	14	201	169	154	153
Cauções contratuais		–	13	44.847	42.818
Taxa de fiscalização		–	–	3.101	2.919
Dividendos propostos		22.183	20.114	22.183	20.114
Credores pela concessão	15	–	–	70.299	67.932
Provisão para manutenção	16	–	–	71.043	80.614
Provisão para investimentos	16	–	–	68.489	56.336
Sinistros Recebidos		–	–	40.152	54.658
Outras contas a pagar		4.347	277	7.048	4.664
<b>Total dos passivos circulantes</b>		102.648	197.614	900.491	1.045.667
<b>Não Circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	–	–	2.148.990	1.874.329
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	14	828.577	371.000	–	–
Debêntures	13	205.022	–	1.687.256	887.537
Fornecedores		68	89	290	601
Credores pela concessão	15	–	–	216.540	258.691
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	–	–	11.787</	



Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais – R\$)

Table with 5 columns: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Controladora 2013, Controladora 2012, Consolidado 2013, Consolidado 2012. Rows include Lucro líquido do exercício, Depreciações e amortizações, Receita com aplicações financeiras vinculadas, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Table with 5 columns: Sinistros Recebíveis, Controladora 2013, Controladora 2012, Consolidado 2013, Consolidado 2012. Rows include Sinistros Recebíveis, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, etc.

Demonstrações dos Valores Adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais – R\$)

Table with 5 columns: Preceitas, Controladora 2013, Controladora 2012, Consolidado 2013, Consolidado 2012. Rows include Preceitas, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor Adicionado Bruto, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto Operacional

A Arteris S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações, domiciliada na Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 abrangem a Sociedade e suas controladas conjuntamente referidas como "o Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo". A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais: • Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços. • Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil. • Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral. • Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a parcerias público privadas, autorizações, permissões e concessões. • Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral. • Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2 Concessões

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2013, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado a seguir:
Concessionárias estaduais
• Autovias S.A. ("Autovias"): A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10. A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos.

Obras: Na SP 255 – Rodovia Antônio Machado Sant'anna: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35. • Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77. Na SP 318 – Rodovia Engenheiro Thaís de Lorena Peixoto Júnior: • Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280. Na SP 330 – Rodovia Anhanguera: • Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km). Na SP 334 – Rodovia Cândido Portinari: • Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5. Na SP 345 – Rodovia Engenheiro Nonato Rocha: • Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36. • Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.

• Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias"): A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8, Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e de Itirapina a Bauru. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019. A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. Obras: Na SP 225 – Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 400.

• Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias"): A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de manutenção do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão celebrado. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028 (335 meses). A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. Obras: Na SP 147 – Rodovia Engenheiro João Tosello: • Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira). Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi: • Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9 (Mogi-Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera) e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras/Rio Claro). Na SP 352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira: • Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira – Divisa com o Estado de Minas Gerais). Na SP 165/330 – Rodovia Anhanguera – Contorno Rodoviário de Araras: • De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi constituído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do km 165,23 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o km 42,30 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi.

• Vianorte S.A. ("Vianorte"): A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sortribão, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 – Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até março de 2018, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes. A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. Obras: Na SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira • Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 – Seriãozinho/Bebedouro; • Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 – Contorno Viário Sul; • Construção de dispositivos de acessos/retornos; • Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 – Seriãozinho; • Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480; • Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento); • Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100. Na SP 328 Rodovia Alexandre Balbo: • Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao 337+010; • Construção de dispositivos nos km 326+220/330+720/334+710/335+160 – passagem superior (PSU). Na SP 330 Rodovia Anhanguera: • Construção de passarela no km 380 – São Joaquim da Barra; • Construção do posto de suporte ao usuário em Orlandia no km 366 + 150; • Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Caçano no km 319 + 650. Na SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes – Ribeirão Preto; • Construção de passarela km 8+550; • Construção de galeria de aço km 6+400; • Construção de dispositivo km 8+300. Em decorrência desses contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 15, respectivamente. Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo – TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas a autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013. Em 27 de junho de 2013 foi

publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2013 pelo índice do IGP-M, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2013 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Table with 5 columns: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Total. Rows show Previsão de 2014 a 2018 and 2013 a 2018 for Natureza dos custos (Melhorias na infraestrutura, Conserva especial).

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16. As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias Federais

• Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul"): A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Pletschow, 4.040 – Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PP/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 – PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 km de duplicação de rodovia. • 48,3 km de terceira faixa. • 10,2 km de vias laterais. • Construção de 9 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSOs. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia. • Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense"): A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 – Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 – RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 176,6 km de duplicação da rodovia. • 3,8 km de vias laterais. • 28,3 km de variantes e contornos. • Construção de 17 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSOs. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. • Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias"): A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381 – MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15 de fevereiro de 2008, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 – SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 88 km de terceira faixa. • 94,26 km de vias laterais. • 30,5 km de variantes/contornos. • Construção de 50 passarelas. • Construção de 8 praças de pedágio. • Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSOs. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. • Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul"): A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógeas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 – SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceira faixa. • 79,7 km de vias laterais. • 94,7 km de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSOs. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Em 24 de abril de 2013 foi assinado aditivo contratual onde estende

a cobertura de concessão em 23,64 km e promove a alteração da localização da praça de pedágio P5 situada no km 220 para o km 243 ambos no município de Paltóia/SC. Em 17 de junho de 2013 a ANTT publicou a Resolução nº 4.122 de 12 de junho de 2013, que trata das questões relativas à transferência dessa praça de pedágio. Considerando que o atraso na obtenção do licenciamento ambiental impediu a execução das obras necessárias para a transferência da praça de pedágio, a resolução aprova a suspensão da cobrança de pedágio pelo período de 1 (um) ano, entre 22 de junho de 2013 e 22 de junho de 2014, ou até que seja efetivada a sua transferência para a nova localização. A suspensão da cobrança da praça de pedágio P5 não tem impacto material nas receitas consolidadas da Sociedade (Arteris S.A.), sendo que as demais praças de pedágio da concessionária Autopista Litoral Sul permanecem atuando normalmente, sem alterações de cunho operacional ou tarifário. Conforme estabelecido nos Contratos de Concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são: • Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Table with 3 columns: Concessionária, Valor anual, Valor remanescente no período da concessão. Rows include Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. • As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. • Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão. • As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão. • As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. • As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão. • Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. • As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las. As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do Contrato de Concessão. Os valores de 31 de dezembro de 2013 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Table with 6 columns: Natureza dos custos, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Total. Rows show Previsão de 2014 a 2033 for Natureza dos custos (Melhorias na infraestrutura, Recuperações/Manutenções).

Table with 6 columns: Natureza dos custos, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Total. Rows show Previsão de 2013 a 2033 for Natureza dos custos (Melhorias na infraestrutura, Recuperações/Manutenções).

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

3 Base para Preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela CVM. As demonstrações financeiras consolidadas apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Quanto às incertezas sobre essas premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidas de que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir: Contabilização de Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração,

continua ...



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional. (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. **Determinação das receitas de construção:** Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia a questão relacionada à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mas, nos casos em que haja a terceirização dos serviços, os custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras são controladas pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

parcelas fixas contabilizadas pelo valor original do contrato, ajustadas a valor presente, a partir do início do contrato de exploração à taxa de 5% ao ano, acrescidas de atualização monetária e juros incorridos até a data dos balanços. A taxa utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi definida pela Administração com base nas taxas médias de juros da captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi registrada na rubrica "Direito das exploração" no intangível. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo. **4.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os juros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7. **4.9. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IAS 27 (R) – Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) – Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e joint ventures	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

#### 5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e contas bancárias	1.138	109	18.417	18.164
Aplicações financeiras (*)	184.304	11.310	911.494	663.272
<b>Total</b>	<b>185.442</b>	<b>11.419</b>	<b>929.911</b>	<b>681.437</b>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	–	–	8.191	6.548
Debêntures compromissadas	–	–	35.524	56.373
Fundos de investimentos	184.304	11.310	867.779	600.352
<b>Total</b>	<b>184.304</b>	<b>11.310</b>	<b>911.494</b>	<b>663.272</b>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,42% da variação do CDI no exercício.

#### 6 Contas a Receber

Estão representadas por:

	Consolidado	
	2013	2012
Pedágio eletrônico a receber(*)	119.714	102.292
Cupons de pedágio a receber	4.893	6.371
Cartões de pedágio a receber	1.880	1.880
Receitas acessórias a receber	1.222	471
<b>Total</b>	<b>126.709</b>	<b>111.014</b>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

#### 7 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Estão representados por:

	Consolidado	
	2013	2012

Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	36.787	25.215
Provisão de participação nos lucros	11.248	4.406
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	9.588	8.215
Direito de concessão incorporado (c)	(20.916)	(22.682)
Ágio incorporado da SPR (d)	11.849	18.620
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	329.469	277.955
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	116.215	32.538
Ajuste dos encargos financeiros	11.425	10.450
Estorno de capitalização de juros	536	566
Base de cálculo	506.201	355.283
Alíquota nominal combinada	34%	34%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>172.108</b>	<b>120.796</b>

#### Consolidado

	2013	2012
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(9.678)	–
Provisão de participação nos lucros	(4.402)	(1.573)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(1.985)	(850)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	(99.276)	(49.153)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	354.111	209.560
Ajuste dos encargos financeiros	(13.897)	(2.860)
Estorno de capitalização de juros	(384)	(131)
Base de cálculo	224.489	154.993
Alíquota nominal combinada	34%	34%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>76.326</b>	<b>52.698</b>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros. (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções. (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado a razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente. (d) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR – Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente. (e) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS. A Sociedade possui créditos fiscais, mas que não estão sendo constituídos devido ser uma holding e não gerar resultado tributável. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

#### Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante	2015	2016	2017	2018	2019
2015	11.963				
2016	34.738				
2017	35.812				
2018	63.696				
2019	–				
<b>Total</b>	<b>172.108</b>				

#### 8 Aplicações Financeiras Vinculadas

As controladas da Sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações: **Debêntures – Sinking Fund:** Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, essas aplicações foram remuneradas em média 97,99% da variação do CDI. **BNDES:** As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, entre 43% e 53% da arrecadação das pratas de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. As controladas federais da Sociedade devem manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2013, essas aplicações foram remuneradas em média a 99,60% da variação do CDI. Os valores dessas aplicações são como segue:

	2013		2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures	47.383	–	63.299	36
BNDES	–	63.604	–	69.540
<b>Total</b>	<b>47.383</b>	<b>63.604</b>	<b>63.299</b>	<b>69.576</b>

#### 9 Investimentos em Controladas e Coligadas

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

	2013		2012				
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro (prej.)
Autovias	125.040.451	100%	188.769	797.907	609.138	334.581	92.909
Centrovias	101.483.834	100%	147.038	533.159	386.121	323.841	112.163
Intervias	4.352.285	100%	200.863	948.406	747.543	356.157	138.783
Vianorte	1.132.038	100%	155.386	590.051	434.665	293.167	67.381
Planalto Sul	159.417.665	100%	156.536	631.060	474.524	218.091	(6.448)
Fluminense	105.745.395	100%	182.723	823.129	640.406	414.839	17.749
Fernão Dias Régis	298.681.400	100%	290.765	1.289.290	998.525	480.470	(6.174)
Bittencourt	138.326.717	100%	343.814	1.333.606	989.792	499.596	32.317
Litoral Sul	190.854.749	100%	259.232	1.067.530	808.298	458.105	11.547
Paulista (*)	500.000	100%	1.905	8.940	7.035	–	(132)
Latina							
Manutenção (*)	250.000	100%	42.439	119.157	76.718	474.571	2.374
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	18.394	21.974	3.580	43.704	4.495

(\*) Cotas.

	2013		2012				
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro (prej.)
Autovias	125.040.451	100%	173.743	674.539	500.796	301.635	78.524
Centrovias	101.483.834	100%	120.476	555.048	434.572	284.069	74.811
Intervias	4.352.285	100%	190.702	682.318	491.616	155.255	116.806
Vianorte	1.132.038	100%	123.902	593.205	469.303	253.968	24.632
Planalto Sul	159.417.662	100%	162.982	493.506	330.524	224.643	(8.179)
Fluminense	75.093.127	100%	119.083	576.642	457.559	324.829	21.497
Fernão Dias Régis	258.001.000	100%	256.939	1.058.862	801.923	464.627	3.116
Bittencourt	116.095.172	100%	257.830	1.117.041	859.211	385.997	47.757
Litoral Sul	188.355.403	100%	247.035	1.019.377	572.342	370.934	14.279
Paulista (*)	500.000	100%	2.037	9.563	7.526	28.787	113
Latina							
Manutenção (*)	250.000	100%	40.066	110.680	70.614	403.180	22.221
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	13.899	18.535	4.636	39.955	9.283

(\*) Cotas.

#### 4 Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade e por suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras são:

##### Base de consolidação

**Combinações de negócios:** Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação na controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do exercício. Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição. Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve transações qualificadas como combinação de negócios. **Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:** Como parte da transição para as IFRS e o CPC, a Sociedade optou por não representar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.4. **Princípios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas. A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

Controlada	Capital total/votante	
	2013	2012
Autovias	100%	100%
Centrovias	100%	100%
Intervias	100%	100%
Vianorte	100%	100%
Planalto Sul	100%	100%
Fluminense	100%	100%
Fernão Dias Régis Bittencourt	100%	100%
Litoral Sul	100%	100%
Latina Manutenção (a)	100%	100%
Paulista (b)	100%	100%
Latina Sinalização (c)	100%	100%

(a) A Latina Manutenção, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade. (b) A Paulista, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2013 suas atividades estão paralisadas e foram transferidas para as próprias controladas da sociedade. (c) A Latina Sinalização, constituída em 2008, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009. A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgadas na nota explicativa nº 2.

**4.1. Instrumentos financeiros ativos:** Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", descritos como segue:

**Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante. Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. **b) Aplicações financeiras:** Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário – CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. **c) Contas a receber:** Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda. **4.2. Imobilizado:** Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão. **4.3. Ativo diferido:** O pronunciamento técnico CPC 43 (R1) – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a CPC 41, determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

**4.4. Ativo intangível:** Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão: A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Saldo em 2012	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/dividendos	Equivalência Patrimonial do Exercício	Saldos em 2013
Autovias	173.743	–	(77.073)	92.099	188.769
Centrovias	120.476	2.121	(87.722)	112.163	147.038
Intervias	190.702	–	(128.622)	138.783	200.863
Vianorte	123.902	–	(35.897)	67.381	155.386
Planalto Sul	162.982	–	–	(6.446)	156.536
Fluminense	119.083	50.106	(4.215)	17.749	182.723
Fernão Dias	256.939	40.000	–	(6.174)	290.765
Régis Bittencourt	257.830	61.342	(7.675)	32.317	343.814
Litoral Sul	247.035	3.391	(2.741)	11.547	259.232
Paulista	2.037	–	–	(132)	1.905
Latina Manutenção	40.066	–	–	2.374	42.440
Latina Sinalização	13.899	–	–	4.495	18.394
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	–	–	–	1.034
Outros investimentos	19	–	–	–	19
<b>Total</b>	<b>1.709.747</b>	<b>156.960</b>	<b>(343.945)</b>	<b>466.156</b>	<b>1.988.918</b>

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Saldo em 2011	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/dividendos	Equivalência Patrimonial do Exercício	Saldos em 2012
Autovias	180.274	–	(85.055)	78.524	173.743
Centrovias	125.100	3.640	(83.075)	74.811	120.476
Intervias	196.981	–	(123.085)	116.806	190.702
Vianorte	131.740	–	(32.470)	24.632	123.902
Planalto Sul	123.807	47.885	–	(8.710)	162.982
Fluminense	88.196	14.495	(5.105)	21.497	119.083
Fernão Dias	223.823	30.000	–	3.116	256.939
Régis Bittencourt	208.575	12.841	(11.343)	47.577	257.830
Litoral Sul	116.029	120.119	(3.392)	14.279	247.035
Paulista	1.924	–	–	113	2.037
Latina Manutenção	22.845	–	(5.000)	22.221	40.066
Latina Sinalização	4.616	–	–	9.283	13.899
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	–	–	–	1.034
Outros investimentos	19	–	–	–	19
<b>Total</b>	<b>1.424.963</b>	<b>228.960</b>	<b>(348.525)</b>	<b>404.329</b>	<b>1.709.747</b>

## 10 Imobilizado

A movimentação é como segue:

Custo do imobilizado bruto	Controladora					Total
	Móveis utensílios e instalações	Edifícios	Benefeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	
Saldo em 31/12/2011	2.299	2.782	1.782	2.052	586	9.501
Adições	290	–	441	459	–	1.190
Alienações/baixas	–	–	(20)	(229)	–	(249)
Saldo em 31/12/2012	2.589	2.782	2.203	2.282	586	10.442
Adições	61	–	512	133	–	706
Alienações/baixas	–	–	(4)	(106)	–	(110)
Saldo em 31/12/2013	2.650	2.782	2.711	2.309	586	11.038
<b>Depreciação acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2011	(858)	(840)	(1.467)	(828)	–	(3.993)
Depreciações/amortizações	(283)	(112)	(375)	(349)	–	(1.119)
Transferências/Reclassificações	(698)	–	–	698	–	–
Alienações/baixas	132	–	–	27	–	159
Saldo em 31/12/2012	(1.707)	(952)	(1.842)	(452)	–	(4.953)
Depreciações/amortizações	(425)	(112)	(336)	(177)	–	(1.050)
Transferências/Reclassificações	–	–	–	–	–	–
Alienações/baixas	–	–	–	60	–	60
Saldo em 31/12/2013	(2.132)	(1.064)	(2.178)	(569)	–	(5.943)
<b>Imobilizado líquido</b>						
Saldo em 31/12/2012	882	1.830	361	1.830	586	5.489
Saldo em 31/12/2013	518	1.718	533	1.740	586	5.095
Taxas de depreciação – %	10	4	55,5	10	–	–

Custo do imobilizado bruto	Consolidado					Total
	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Outras Imobilizações	
Saldo em 31/12/2011	9.356	6.682	17.813	8.767	586	32.754
Adições	1.381	523	736	584	–	1.942
Transferências/Reclassificações	4.963	1.188	137	3.308	–	(8.352)
Saldo em 31/12/2012	15.256	6.588	17.617	12.593	586	26.279
Adições	1.900	665	210	6.852	–	1.011
Transferências/Reclassificações	9	(166)	–	1	–	9
Saldo em 31/12/2013	16.785	7.019	16.335	19.373	586	26.365
<b>Depreciação acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2011	(3.671)	(3.604)	(5.641)	(1.363)	–	(10.705)
Depreciações/amortizações	(1.725)	(1.542)	(3.227)	(1.099)	–	(2.995)
Transferências/Reclassificações	(3.269)	(624)	–	(1.647)	–	(4.842)
Saldo em 31/12/2012	(8.120)	(4.392)	(8.409)	(4.109)	–	(8.830)
Depreciações/amortizações	(1.799)	(860)	(3.091)	(1.420)	–	(3.098)
Transferências/Reclassificações	(5)	21	–	1	–	(17)
Saldo em 31/12/2013	(9.668)	(5.102)	(10.256)	(5.508)	–	(11.671)
<b>Imobilizado líquido</b>						
Saldo em 31/12/2012	7.136	2.196	9.208	8.484	586	17.449
Saldo em 31/12/2013	7.127	1.917	6.079	13.865	586	14.694
Taxas de depreciação – %	9	20	20	13	–	12

## 11 Intangível

A movimentação é como segue:

Custo do intangível	Controladora					Total
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de exploração (d)	
Saldo em 31/12/2011	4.407.061	351.939	144.380	13.817	9.997	5.199.527
Adições	520.261	–	–	3.321	–	679.522
Transferências/Reclassificações	338.626	–	–	10	–	(336.523)
Saldo em 31/12/2012	5.256.056	351.939	144.380	17.120	9.997	6.645.931
Adições	389.205	–	–	3.340	–	892.436
Transferências/Reclassificações	580.677	–	–	181	–	(580.259)
Saldo em 31/12/2013	6.224.431	351.939	144.380	20.275	9.997	7.928.457
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2011	(1.286.637)	(168.569)	(58.070)	(7.819)	(600)	(1.521.695)
Amortização	(194.358)	(24.216)	(9.163)	(1.789)	(1.045)	(230.571)
Saldo em 31/12/2012	(1.480.027)	(192.785)	(67.233)	(9.583)	(1.645)	(1.751.273)
Amortização	(235.637)	(26.864)	(9.155)	(2.217)	(1.414)	(275.287)
Transferências/Reclassificações	725	–	–	(1)	–	724
Saldo em 31/12/2013	(1.714.222)	(219.649)	(76.388)	(11.670)	(3.059)	(2.024.988)
<b>Intangível líquido</b>						
Saldo em 31/12/2012	3.776.029	159.154	77.147	7.537	8.352	861.806
Saldo em 31/12/2013	4.510.209	132.290	67.992	8.605	6.938	1.173.983

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão. (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaíse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

## 12 Empréstimos e Financiamentos

Estão representados por:

Passivo circulante:	Encargos anuais	Consolidado	
		2013	2012
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,3% a.a. a 2,58% a.a.	134.103	94.874
Financiamento de investimentos (BNDES) – automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	2.463	4.664
Financiamento de equipamentos – Estaduais (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,93% a.a.	29	166
Financiamento de equipamentos – Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	344	3.359
Financiamento de equipamentos – Construtoras (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	3.569	3.451
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	2.439	2.559
Financiamento de Veículos (d)	16,63% a.a. pré-fixada	42	72
		<b>142.989</b>	<b>109.145</b>
<b>Passivo não circulante:</b>			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,3% a.a. a 2,58% a.a.	2.143.257	1.860.271
Financiamento de investimentos (BNDES) – automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	1.013	3.337
Financiamento de equipamentos – Estaduais (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,93% a.a.	92	399
Financiamento de equipamentos – Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	50	394
Financiamento de equipamentos – Construtoras (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	3.232	6.758
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	1.346	3.128
Financiamento de Veículos (d)	16,63% a.a. pré-fixada	–	42
		<b>2.148.990</b>	<b>1.874.329</b>
		<b>2.291.979</b>	<b>1.983.474</b>

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, avulsos acionistas ou notas promissórias. (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens. (d) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias são os próprios bens. Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	2015	2016	2017	2018	Após 2019
	176.555	162.227	178.357	191.565	1.440.286
	2.148.990				

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes: a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento. b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT. c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM. d) Exceto no caso de expressa anuidade do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados. e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos. f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES. g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição: 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, aferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício. 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos. 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes: 3.1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias. 3.2. Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o Indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo. 3.3. Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos. h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES. j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

(a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico. (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES. (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente. (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão. (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente. **Do acionista:** a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias. b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES. c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto. d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuidade do BNDES. e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias. f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização. g) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo. A Sociedade e suas controladas estão cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures da 1ª, 2ª e 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", arquivado na CVM. Em 31 de dezembro de 2013, as controladas da Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures. As debêntures são garantidas por: 1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas. 2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas. 3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização. 4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito na nota explicativa nº 8. As debêntures da 1ª emissão da controladora e das concessionárias federais e contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e adiantamentos de debêntures", arquivado na CVM. Em 31 de dezembro de 2013, as controladas da Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures. As debêntures de 3ª emissão das concessionárias federais e controladora são garantidas por: 1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas. 2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais. 3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. 4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de esusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas. 5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a tornar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido. 6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou facultade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente. 7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP-M, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretária dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Consolidado			
	Valor presente		Valor real em (*)	
	2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>				
Autovias	7.219	6.820	7.414	7.004
Centrovias	418	760	418	760
Intervias	10.802	10.204	11.093	10.479
Intervias	462	821	462	821
Intervias	6.640	6.272	6.903	6.521
Vianorte	537	942	537	942
	43.825	41.396	45.006	42.513
	396	717	396	717
<b>Total</b>	<b>70.299</b>	<b>67.932</b>	<b>72.229</b>	<b>69.757</b>

	Consolidado			
	Valor presente		Valor real em (*)	
	2013	2012	2013	2012
<b>Não circulante</b>				
Autovias	24.176	28.483	27.780	33.509
Centrovias	33.910	40.570	38.735	47.449
Intervias	30.189	33.447	35.864	40.672
Vianorte	128.265	156.191	145.646	181.604
<b>Total</b>	<b>216.540</b>	<b>258.691</b>	<b>248.025</b>	<b>303.234</b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional. (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13. (b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013. A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Autovias	12	44	56
Centrovias	12	41	53
Intervias	12	61	73
Vianorte	12	38	50

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ao Poder Concedente estão assim representados:

	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	7.038	7.931	14.969
Centrovias	10.530	8.517	19.047
Intervias	6.554	10.102	16.656
Vianorte	42.730	7.109	49.839
<b>Total</b>	<b>66.852</b>	<b>33.659</b>	<b>100.511</b>

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	2015	2016	2017	2018	Após 2019
	25.968	71.961	77.013	60.715	12.368
				248.025	

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

	2012					2013				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total	Reversões	Utilizações	Encargos	2012	2013	2013
Cíveis	4.624	4.845	–	9.469	(1.669)	(1.942)	–	5.858	–	5.858
Trabalhistas	5.552	3.693	–	9.245	(2.214)	(1.102)	–	5.929	–	5.929
<b>Total</b>	<b>10.176</b>	<b>8.538</b>	<b>–</b>	<b>18.714</b>	<b>(3.883)</b>	<b>(3.044)</b>	<b>–</b>	<b>11.787</b>	<b>–</b>	<b>11.787</b>
Cíveis	2.404	3.510	–	5.914	(746)	(557)	13	4.624	13	4.624
Trabalhistas	3.255	3.046	–	6.301	(330)	(419)	–	5.552	–	5.552
Fiscais	(3)	3	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total</b>	<b>5.656</b>	<b>6.559</b>	<b>–</b>	<b>12.215</b>	<b>(1.076)</b>	<b>(976)</b>	<b>13</b>	<b>10.176</b>	<b>13</b>	<b>10.176</b>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$8.443 e R\$3.757, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.281 e R\$4.275, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012). Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. **Provisão para manutenção e investimentos:** A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
<b>Provisões</b>				
Saldos em 2012	80.614	56.336	252.115	54.905
Adições	10.374	–	135.331	887
Utilizações	(25.145)	(3.962)	–	(1)
Ajuste a valor presente	399	(459)	18.750	3.934
Transferências	4.801	16.574	(4.801)	(16.574)
Saldos em 2013	<b>71.043</b>	<b>68.489</b>	<b>401.395</b>	<b>43.151</b>

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
<b>Provisões</b>				
Saldos em 2011	37.796	58.535	183.124	6.575
Adições	30.614	9.150	198.503	40.351
Utilizações	(117.308)	(3.105)	–	(265)
Ajuste a valor presente	–	–	–	–
Transferências	129.512	(8.244)	(129.512)	8.244
Saldos em 2012	<b>80.614</b>	<b>56.336</b>	<b>252.115</b>	<b>54.905</b>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$76.534 e R\$141.066, respectivamente.

### 17 Patrimônio Líquido

a) O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$772.417 e em 31 de dezembro de 2012 é de R\$679.970 e está representado por 344.444.440 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

	2013		2012	
	Quantidade de ações subscritas	Participação – %	Quantidade de ações subscritas	Participação – %
Participes em Brasil S.L.	238.563.304	69,26	238.563.304	69,26
Conselho de Administração	5	0,00	5	0,00
Outros	105.881.131	30,74	105.881.131	30,74
<b>Total</b>	<b>344.444.440</b>	<b>100,00</b>	<b>344.444.440</b>	<b>100,00</b>

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 25 de abril de 2013, aumento de capital social, mediante a capitalização de lucros, no valor de R\$92.447, passando o capital social a R\$772.417 dividido em 344.444.440 ações ordinárias, sem emissão de novas ações. Nos termos do item 8.1 do Regulamento do Novo Mercado, do artigo 24 do Estatuto Social da Sociedade, do artigo 254-A da Lei das S.A. e do artigo 29 da Instrução CVM 361 e, em função da operação datada de 3 de dezembro de 2012, pela qual a Participes em Brasil S.L., controladora direta da Arteris, foi adquirida pela Abertis e pela Brookfield, que resultou na transferência indireta do controle da Sociedade. Devido a esta operação a Participes em Brasil S.L., em 5 de setembro de 2013, adquiriu em leilão da oferta pública de aquisição de ações da Sociedade realizado na B3/Bovespa S.A., 31.896.609 ações ordinárias de emissão da Sociedade, equivalentes a aproximadamente 9,26% do capital social total da Arteris S.A.. A oferta foi realizada de forma a garantir aos acionistas minoritários os direitos de "tag along" derivados da operação de troca de controle, sendo que como resultado do leilão, a Participes (acionista controladora da Sociedade) passou a deter 238.563.304 ações, representando aproximadamente 69,26% do total de seu capital social. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora): Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrado a seguir:

	2013		2012	
	Lucro líquido do exercício	Reserva legal de 5%	Lucro líquido do exercício	Reserva legal de 5%
Lucro líquido do exercício	426.972	389.251	426.972	389.251
Reserva legal de 5%	(21.349)	(19.462)	(21.349)	(19.462)
Base de cálculo	405.623	369.789	405.623	369.789
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%	25%	25%
<b>Total</b>	<b>101.405</b>	<b>92.447</b>	<b>101.405</b>	<b>92.447</b>

Dividendos Antecipados (79.222) (72.333)  
Dividendos Proposto (22.183) (20.114)  
Dividendos por ação 0,29440 0,26839

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, totalizando R\$101.405 mil a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$92.446 em 31 de dezembro de 2012).

### 18 Receitas

Estão representadas por:		2013	2012
Receita de serviços prestados		2.300.436	2.107.839
Receita de serviços de construção		1.258.870	1.117.137
Outras receitas		42.877	102.946
		<b>3.602.183</b>	<b>3.327.922</b>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

Consolidado		2013	2012
Receita bruta		3.602.183	3.327.922
ISSQN		(4.814)	(4.525)
PIS		(134.753)	(122.371)
COFINS		(16.382)	(15.009)
Outras deduções		(73.209)	(67.047)
Receita líquida		<b>(366)</b>	<b>(4.698)</b>
		<b>3.377.473</b>	<b>3.118.797</b>

### 19 Custos e Despesas por Natureza

Estão representados por		2013	2012
Despesas		2.128.870	2.128.870
Com pessoal		(4.814)	(4.525)
Serviços de terceiros		(7.488)	(3.489)
Depreciação/amortização		(1.269)	(1.328)
Seguros/garantias		(44)	(40)
Despesas com projetos		–	–
Consumo		(491)	(510)
Transportes		(490)	(268)
Outros		(6.112)	(5.319)
<b>Total</b>		<b>(20.708)</b>	<b>(15.479)</b>

Consolidado		2013	2012
Custo de construção		(1.258.870)	(1.117.137)
Com pessoal		(133.572)	(121.391)
Serviços de terceiros		(155.471)	(149.472)
Depreciação/amortização		(270.630)	(222.259)
Custos com poder concedente		(32.554)	(37.446)
Seguros/garantias		(19.748)	(18.536)
Conservação		(100.807)	(102.321)
Provisão de Manutenção em rodovias		(196.030)	(235.956)
Taxa fiscalização		(36.689)	(34.673)
Outros		(32.744)	(66.379)
<b>Total</b>		<b>(2.237.115)</b>	<b>(2.105.570)</b>

Consolidado		2013	2012
Despesas		(78.084)	(65.075)
Com pessoal		(42.423)	(37.155)
Serviços de terceiros		(15.115)	(19.260)
Depreciação/amortização		(3.960)	(4.902)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		(1.558)	(2.229)
Despesas com projetos		–	–
Outros		(40.678)	(39.003)
<b>Total</b>		<b>(181.818)</b>	<b>(167.624)</b>

### 20 Resultado Financeiro

Receitas financeiras		2013	2012
Juros ativos		60.878	46.099
Aplicações financeiras		11.828	4.101
Outras receitas		19	16
<b>Total receitas</b>		<b>72.725</b>	<b>50.216</b>
<b>Despesas financeiras:</b>			
Encargos financeiros		(71.383)	(45.954)
Outras despesas		(16.064)	(286)
<b>Total despesas</b>		<b>(87.447)</b>	<b>(46.240)</b>

Consolidado		2013	2012
Receitas financeiras		983	1.032
Juros ativos		58.468	89.427
Aplicações financeiras		71	11.267
Encargos Financeiros – reversão de ajuste a valor presente		1.539	840
Outras receitas		61.061	102.566
<b>Total receitas</b>		<b>(263.120)</b>	<b>(263.613)</b>
<b>Despesas financeiras:</b>			
Encargos financeiros		(28.505	

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**24 Instrumentos Financeiros**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

**Gestão de risco de capital:** A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucros. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue: Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas. Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	185.442	11.419	929.911	681.437
Partes relacionadas	848.053	156.081	–	90
Outras contas a receber	2.826	218	5.691	2.339

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	1.071	720	122.405	109.344
Empréstimos e financiamentos	–	–	2.291.979	1.983.474
Debêntures	205.022	–	1.832.749	1.251.178
Partes relacionadas	889.252	538.852	–	258
Credeiros pela concessão	–	–	286.839	326.623
Outras contas a pagar	4.347	170	9.833	11.697

**Riscos de mercado – a) Exposição a riscos cambiais:** Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

**b) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
	(provável)	(+ 25%)	(- 25%)	(+ 50%)
CDI	11,00%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a Incorrer (*)	(218.874)	(268.438)	(168.937)	(317.648)
Receita de aplicações Financeiras	193.784	239.199	147.904	284.593
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros A Incorrer (*)	(138.274)	(166.829)	(109.996)	(195.151)
IPCA	5,77%	7,21%	4,33%	8,66%
Juros a Incorrer (*)	(78.584)	(86.850)	(65.608)	(95.458)
Juros a Incorrer Líquido (*)	(241.948)	(282.918)	(196.637)	(323.664)

Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

**c) Risco de crédito:** Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$118.495 e R\$102.292, respectivamente, além de valores a receber das empresas Dbrtrans de R\$326, Conectar de R\$ 249, e Autoexpresso de R\$5, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

**d) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)					2018 em diante	Total
	efetiva % a.a.	2014	2015	2016	2017		
Debêntures	11,29	221.687	552.658	562.366	331.294	415.298	2.083.303
BNDES							
Automático	7,97	229.866	264.323	246.729	255.249	1.925.092	2.921.259
Finame	4,94	4.386	3.324	176	–	36	7.922
Outorga	5,19	71.220	72.464	75.720	82.617	28.045	330.066
Leasing	6,06	2.544	1.437	170	–	–	4.151
Volks	17,71	72	–	–	–	–	72
Debêntures	11,71	10.086	81.183	41.188	35.302	–	167.759
<b>Total</b>		<b>539.861</b>	<b>975.389</b>	<b>926.349</b>	<b>704.462</b>	<b>2.368.471</b>	<b>5.514.532</b>

**Conselho de Administração**

<b>José Carlos Ferreira de Oliveira Filho</b> Presidente do Conselho	<b>Benjamin Michael Vaughan</b> Conselheiro <b>David Antonio Diaz Almazan</b> Conselheiro	<b>Francisco José Aljaro Navarro</b> Conselheiro <b>Francisco Miguel Reynés Massanet</b> Conselheiro	<b>Luiz Deulofeu Fuguet</b> Conselheiro <b>Luiz Ildefonso Simões Lopes</b> Conselheiro	<b>Marta Casas Caba</b> Conselheira <b>Marcos Pinto Almeida</b> Conselheira	<b>Pedro Wongtschowski</b> Conselheiro Independente <b>Sérgio Silva de Freitas</b> Conselheiro Independente
---	--	---	---	--	--

**Diretoria**

<b>David Antonio Díaz Almazán</b> Diretor Presidente	<b>Felipe Ezquerria Plasencia</b> Diretor Vice-Presidente	<b>Márcio Augusto Travain</b> Diretor Adm. Financeiro	<b>Alessandro Scotoni Levy</b> Diretor de Relações com Investidores	<b>Maria de Castro Michielin</b> Diretora Jurídica	<b>Luís Manuel Eusébio Iñigo</b> Diretor	<b>Paulo Pacheco Fernandes</b> Diretor	<b>Rodney Monteiro Meles</b> CRC 1SP 132.178/O-5
---	--	--	--	---	---	---	---

**Parecer do Conselho Fiscal**

Em reunião realizada nesta data, às 18:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da **ARTERIS S.A.** ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes BDO Auditores Independentes, por unanimidade **opina favoravelmente** à aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 23 de abril de 2014, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$426.970.174,59 (quatrocentos e vinte e seis milhões, novecentos e setenta mil e cento e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), sendo:

(I) R\$21.348.508,73 (vinte e um milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e oito reais e setenta e três centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia;

(II) R\$101.405.416,47 (cento e um milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2013, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, dos quais R\$79.222.221,20 (setenta e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e um reais e vinte centavos) já foram distribuídos em 12 de dezembro de 2013, remanesecendo R\$22.183.195,27 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e três mil, cento e noventa e cinco reais e sete centavos) para distribuição aos acionistas da Companhia;

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Arteris S.A.**

São Paulo – SP

**Introdução** – Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Arteris S.A.** ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a

**25 Informações por Segmento de Negócio**

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 – Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.1.

**a) Demonstração do resultado por segmento**

	2013				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	3.378.837	518.275	3.897.112	(519.639)	3.377.473
Custos	(2.278.381)	(485.540)	(2.763.921)	526.806	(2.237.115)
Lucro bruto	1.100.456	32.735	1.133.191	7.167	1.140.358
Despesas gerais e administrativas	(147.901)	(23.087)	(170.988)	(35.307)	(206.295)
Outras (despesas) receitas operacionais	2.910	(803)	2.107	10.853	12.960
Receitas financeiras	117.613	2.056	119.669	(58.608)	61.061
Despesas financeiras	(381.168)	(1.538)	(382.706)	43.882	(338.824)
Variação cambial líquida	–	–	–	(4)	(4)
Lucro operacional antes dos impostos	691.910	9.363	701.273	(32.017)	669.256
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(225.556)	(5.044)	(230.600)	–	(230.600)
Diferidos	215	2.417	2.632	25.052	27.684
Lucro do exercício	466.569	6.736	473.305	(6.965)	466.340

	2012				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	3.048.745	471.902	3.520.647	(401.850)	3.118.797
Custos	(2.118.823)	(402.912)	(2.521.735)	416.165	(2.105.570)
Lucro bruto	929.922	68.990	998.912	14.315	1.013.227
Despesas gerais e administrativas	(137.777)	(23.174)	(160.951)	(25.844)	(186.795)
Outras (despesas) receitas operacionais	1.677	(219)	1.458	9.010	10.468
Receitas financeiras	141.883	1.543	143.426	(40.860)	102.566
Despesas financeiras	(382.774)	(1.985)	(384.759)	44.824	(339.935)
Variação cambial líquida	–	–	–	(28)	(28)
Lucro operacional antes dos impostos	552.931	45.155	598.086	1.417	599.503
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(193.493)	(13.909)	(207.402)	(2.180)	(209.582)
Diferidos	13.274	371	13.645	–	13.645
Lucro do período	372.712	31.617	404.329	(763)	403.566

**b) Balanços por segmento**

	2013				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
<b>Ativos</b>					
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	708.395	36.074	744.469	185.442	929.911
Contas a receber	125.981	728	126.709	–	126.709
Aplicações financeiras vinculadas	47.383	–	47.383	–	47.383
Contas a receber partes relacionadas	60.682	–	60.682	(60.682)	–
Outros circulantes	33.044	79.073	112.117	(54.662)	57.455
<b>Total circulantes</b>	975.485	115.875	1.091.360	70.098	1.161.458
<b>Não Circulantes</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	63.604	–	63.604	–	63.604
Contas a receber partes relacionadas	828.577	–	828.577	(828.577)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.495	4.558	147.053	25.055	172.108
Outros não circulantes	15.565	268	15.833	6.162	21.995
Imobilizado	19.298	21.984	41.282	5.095	46.377
Intangível	5.895.424	7.386	5.902.810	659	5.903.469
Diferido	84.424	–	84.424	(84.424)	–
<b>Total não circulantes</b>	7.049.387	34.196	7.083.583	(876.030)	6.207.553
<b>Total dos ativos</b>	8.024.872	150.071	8.174.943	(805.932)	7.369.011

	2013				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
<b>Passivos</b>					
<b>Circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	136.872	6.008	142.880	109	142.989
Debêntures	145.511	–	145.511	(18)	145.493
Fornecedores	99.345	21.764	121.109	1.006	122.115
Obrigações sociais e fiscais	113.322	35.017	148.339	14.239	162.578
Credeiros pela concessão	70.299	–	70.299	–	70.299
Dividendos Propostos	14.632	–	14.632	7.551	22.183
Sinistros recebidos	–	–	–	40.152	40.152
Provisão Manutenção/ Investimentos	139.532	–	139.532	–	139.532
Outros circulantes	208.327	15.738	224.065	(168.915)	55.150
<b>Total circulantes</b>	927.840	78.527	1.006.367	(105.876)	900.491
<b>Não Circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.283.329	4.578	2.287.907	(138.917)	2.148.990
Debêntures	1.482.450	–	1.482.450	204.806	1.687.256
Credeiros pela concessão	216.540	–	216.540	–	216.540
Provisão manutenção/ investimento	444.546	–	444.546	–	444.546
Outros não circulantes	734.311	4.228	738.539	(646.924)	91.615
<b>Total não circulantes</b>	5.161.176	8.806	5.169.982	(581.035)	4.588.947
Patrimônio líquido	1.935.856	62.738	1.998.594	(119.021)	1.879.573
<b>Total dos passivos</b>	8.024.872	150.071	8.174.943	(805.932)	7.369.011

<b>Francisco José Aljaro Navarro</b> Conselheiro	<b>Luiz Deulofeu Fuguet</b> Conselheiro	<b>Marta Casas Caba</b> Conselheira	<b>Pedro Wongtschowski</b> Conselheiro Independente
<b>Francisco Miguel Reynés Massanet</b> Conselheiro	<b>Luiz Ildefonso Simões Lopes</b> Conselheiro	<b>Marcos Pinto Almeida</b> Conselheira	<b>Sérgio Silva de Freitas</b> Conselheiro Independente

**Contador**

<b>Ronaldo Fiorini</b> Conselheiro	<b>Eduardo Cysneiros de Moraes</b> Conselheiro	<b>Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho</b> Conselheiro
---------------------------------------	---	---

(iii) R\$101.405.416,47 (cento e um milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos) destinados para